

Uma velha desconfiança que agora se confirma

Desde o início desta greve dos bancários o governo não apenas se tem mostrado intransigente, como tem insuflado a mesma intransigência no setor privado. Pelo menos o palavreado dos homens do Planalto tem sido duro. É uma atitude louvável, uma vez que o momento que vivemos não comporta muita liberalidade com fatores inflacionários. Mas sabemos também que as teses econômicas defendidas pelos que hoje estão no poder sempre minimizaram o papel dos salários na formação da inflação. Estamos, portanto, um pouco intrigados com o conteúdo e a intensidade desse jogo "duro" por parte das atuais autoridades. Será para valer?

A pergunta nos é sugerida pelo fato de que na área onde efetivamente o governo é parte — o Banco do Brasil — até aqui não houve ação que correspondesse à declaração de intenção. E todo mundo sabe que não apenas o Banco do Brasil está em greve, como ali se situa o comando da greve.

Já andávamos meio desconfiados com a evidente discrepância entre as recentes e peremptórias manifestações dos atuais comandantes da política econômica no sentido de que se dispõem a cortar drasticamente os gastos públicos, a partir decididamente para a privatização de empresas estatais, etc., e suas pregações e posturas de antes da subida ao poder.

Essa desconfiança aumenta agora depois de lermos algo que pode ter passado despercebido no noticiário da imprensa de ontem, amplamente dominado pela greve dos bancários: a apresentação do I PND da Nova República pelo ministro Sayad.

Que é que nos revela, em síntese, aquela mensagem? Que o leão continua voracíssimo, preparando-se para novos e audaciosos botes nos bolsos dos contribuintes. E quais são os bolsos que vale a pena escarafunchar, em busca de mais alimento para o insaciável leão? Os bolsos dos empresários de todas as categorias, dos assalariados de alto nível, da já estropiadíssima classe média, dos que auferem rendas patrimoniais substantivas. Ali está mais uma vez o notório Conde Drácula do Fisco nacional, que é o ministro Sayad, a defender com olhar rútilo e água na boca: 1) maior taxaçaõ da renda e do patrimônio; 2) aumento de IPI e IOF; 3) maior contribuição para o Finsocial; 4) mudança na base de incidência das contribuições previdenciárias (o que certamente significa elevar o limite máximo de renda tributável); 5) criação de novas fontes de receitas para Estados e municípios, sem prejuízo das receitas federais (sic) — quer dizer, mais transferências de recursos do setor privado para o setor público da economia, mais dinheiro bom do público para os maus e falidos negócios do governo. Em outras palavras: é verdade que o governo fará ingentes esforços para reduzir o déficit público, mas é rigorosamente falso que pretenda cortar qualquer coisa na área estatal, como o prova também a generosidade com que vem tratando as reivindicações dos grevistas do Banco do Brasil. Depois dessa proclamação de intenções do ministro Sayad, oficializada num documento, no plano econômico da Nova República, apresentado diante do Congresso, nada do que disseram os novos "defensores" da livre iniciativa no governo tem o menor valor. Um economista muito ligado a Sayad, Edmar Bacha, em entrevista recente ao *Jornal da Tarde*, dizia ominosamente que "a Comissão de Reforma Fiscal vem identificando setores da economia brasileira cuja carga fiscal média está muito abaixo de outros setores. Não posso adiantar quais, mas o setor agrícola é um exemplo claro. Há outros que não quero citar". Trata-se, portanto, não de um trabalho de reforma fiscal, mas de aumento da carga fiscal.

De quanto poderá ser a mordida não sabemos, mas fazemos uma idéia. O ministro Sayad fala em recuperação e recomposição da carga tributária e depois afirma: "A carga tributária líquida caiu para 6,4% do PIB em 1984. Dez anos atrás era de 17%". Independentemente de manifestarmos nossa grande desconfiança e suspeita diante desses dados — que não correspondem àquilo que todo contribuinte sente —, temos de denunciar energeticamente à Nação o velado e tresloucado propósito que transparece nessa peça oratória de elevar a carga tributária líquida (isto é, que fica em poder da União) em mais de dez pontos percentuais relativamente ao PIB. Trata-se de uma intenção de arrocho fiscal simplesmente astronômica e monumental. Em cima de todo mundo que neste país, à custa de sacrifícios, trabalho e diligência, conseguiu, apesar dos relapsos, desonestos e ineptos governos, amealhar alguma fortuna.

Para que isso? Para reduzir o déficit público? Evidentemente, o governo acredita que conseguirá reduzi-lo com o aumento brutal da receita. E nesse caso haveria um consolo: a inflação poderia cair, e algum benefício advir do despautério fiscal. Mas é o próprio ministro Sayad quem nos informa, ainda em seu discurso — depois de ele mesmo reconhecer que "os recursos que o setor público recolhe da sociedade acabam vazando na forma de aumento do número de funcionários ou de expansão dos dispêndios correntes" (pág. 12) —, que "a recuperação da carga tributária é necessária para ampliar as fontes de financiamento do gasto público e assim permitir a finalização de projetos em andamento, de viabilidade comprovada (sic), bem como a realização de novos investimentos em áreas críticas" (pág. 26).

Quer dizer, é para poder gastar mais mesmo que ele quer mais dinheiro do contribuinte. Reforçando o que dizíamos em nosso comentário de ontem, sobre o impulso insopitável do setor público para criar novas despesas quanto mais novas receitas consiga, o ministro Sayad simplesmente confessa que a intenção é essa mesma.

Isso tudo nos leva a advertir os senhores empresários e contribuintes em geral deste país para algo muito sério: não há mais lugar para acordos de cavalheiros, conluís e conchavos; para votos de confiança e outras amenidades. Está em marcha um plano que reputamos sinistro, que vem sendo "dourado" para não despertar resistências. É algo muito maquiavélico. Estejam, portanto, contribuintes e toda a classe empresarial cientes de que é preciso cerrar fileiras e lutar organizada, em todos os níveis — políticos, administrativos e psicossociais —, para deter a marcha da inviabilização do Brasil como país de economia de mercado.